



# A COMUNICAÇÃO SOCIAL PERVERSA E A SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Almir Madeira

*Professor, Delegado do Ministério da Educação e Cultura no Estado do Rio de Janeiro.*

Uma das peculiaridades mais frissantes do mundo atual está na tendência, não raro sôfrega, para a fixação de estímulos e *gestos*, a bem do desenvolvimento de uma consciência social. Aspira-se ao fortalecimento do espírito de comunidade e do *sentimento de grupo*. Ao antigo vezo do *individual pelo individual* opõe-se o zelo do *social harmônico*, no interesse da vitalização e maior densidade das relações humanas.

Nesse sentido se orienta, "urbi et orbi", a marcha das leis, notadamente no que toca à educação, cujos reformadores, abrindo uma nova frente pedagógica, trabalham para fazer da escola "uma miniatura da sociedade".

Não se trata, é claro, de anular, na sociedade, a personalidade, o indivíduo, a criatura — mas fazer da criatura um fator de criação *social*. Mais precisamente: fazer de cada indivíduo, a partir da pré-escola, um *socius*, realmente, da comunidade que o envolve. Sim: a sociedade,

inevitavelmente, envolve o indivíduo — mas o que pretende a pedagogia social moderna é envolver o indivíduo na sociedade. No primeiro caso, uma atitude passiva, meramente conformista ou individualista: no segundo, uma atitude ativa, interessada, solidária, *social*.

Todo esforço do mundo dos nossos dias, revigorando, afinal, o espírito do cristianismo, se resume ou se concentra na difusão e preservação, já não só do espírito, senão ainda do hábito e do sentimento da cooperação aglutinante metódica, sistemática.

Assim se compreende que a escola — "a sociedade em miniatura" — tenha, como tanto hoje se insiste, uma função "eminentemente socializadora". À essa luz, justifica-se o princípio renovador: "educar é preparar para a vida".

Como entender a sentença? Se o homem isolado é um ser hipotético, educar será preparar para a sociedade. E isso

aviva o conceito essencial: viver é conviver — hoje como nunca; até porque a sensação do perigo, ou de instabilidade, vai gerando um maior vigor de interação, uma incidência mais viva do processo cooperativo. O progresso, encurtando as distâncias, ou consolida ou promove os laços de vizinhança. Ganha corpo ou melhores condições de objetividade o imperativo da *intercomunicação*; e esse imperativo — que produz as formas ativas da solidariedade — domina, hoje, a velha tirania do espaço... Encontra a "lei" da cooperação uma garantia de vigência na força dos motores aéreos.

A tecnologia avançada atacou as distâncias e venceu-as — desmoralizou-as. A geografia política revogou a geografia física. A própria ironia popular terá de ser revista, ou, se preferirem, *reciclada*: o mundo da lua está indo o cientista; cá embaixo, com os pés na terra, ficou o poeta...

Seja como seja, este nosso mundo, audiovisual por excelência, é o mundo que se encontra, que se vê, que se ouve, que se fala — *comunicativo* em gênero, substância e escopo. Como que todo o planeta habitado passou a ser, em regime de reunião contínua ou sessão permanente, uma vasta mesa-redonda... Vivemos o momento mais transnacional de todos os tempos, a hora mais transatlântica da história. Multiplicam-se as possibilidades de trocar ou conferir idéias, sob a técnica de seminário, de simpósio, de colóquio. E veja-se que é bem expressivo o alto consumo desta palavra *colóquio*. Nenhuma será mais indicativa do desejo de aproximação... Parece que estamos chegando à internacionalização da intimidade...

Pensa-se, assim, no ideal de *convivência* em termos ecumênicos; e se uma paz integral, efetiva, segura ainda não foi

atingida, se chegamos ao paradoxo, ao ilogismo enervante de uma paz intranquila ou de uma paz sob guerras, é isso devido, muito consideravelmente, ao fato de que só um Estado — a União Soviética — se tem negado à prática da cooperação pela prática da convivência — precisamente da convivência — fechando suas fronteiras à simples curiosidade do simples forasteiro, em atitude hermética de isolamento.

Os resultados sombrios dessa política de insularidade ou retração importam num exemplo muito atual, que amplia, em cada um de nós, a certeza do valor político-pragmático da coexistência e da permuta na obra de estruturação da paz *de fato* e não apenas *de direito*, firmada, ou melhor, deduzida pelos povos que se comuniquem ou se dêem a conhecer uns aos outros e não apenas pelos governos, em seu expediente formal, embebido na técnica jurídica dos tratados. A obra da paz será sempre obra da *comunicação*. Aliás, no conceito de *civilização*, como no de *cultura*, já se inclui a noção de *comunicar* e unir; de outra forma, não haveria como pensar em *continuidade social*. A dinâmica da sociedade só se compreende pela dinâmica dos *contatos*; e contato é *interação*, processo social básico.

Tudo isto, todo este sentido de eficácia da comunicação no espaço político será o retrato; mas teremos de pensar na fatalidade de caricatura; quero dizer: na transformação dos efeitos política e socialmente válidos da comunicação em alguma realidade violentamente oposta. É aí que a comunicação se deteriora nas formas arbitrarias da *propaganda dirigida*.

Lembre-mos dos Estados totalitários. É indiscutível a feição mística de que procuram revestir-se. Será isso ex-



plícavel pela sua própria tessitura política e sua própria inspiração filosófica. Uma e outra exprimem a teoria soreliana da violência ou a violência organizada. Aí está a subversão dirigida ou planejada — e para dar-lhe um sentido, obscurecendo-lhe ou atenuando-lhe as características do antinatural, o ditador moderno vai buscar na técnica da *propaganda* um elemento de conquista ou persuasão das massas.

É evidente que não cria, com isso, uma opinião em gênero e profundidade — mas um *estado de espírito*, um estado emocional, um estado de tensão, caminhos fáceis para a formação de uma opinião inconsciente, a substituir a opinião esclarecida, que é a opinião livre; livre da pressão da mística, livre dos mitos e da alegoria dos símbolos materiais.

Do ponto de vista da ação política, a teoria do Estado-totalitário é toda uma teoria da emoção. O conceito parece encontrar confirmação no brado de Mussolini: "Viver perigosamente"! Mais do que uma tirada de efeito ou interesse oratório, aí está o preceito de um regime; preceito compreensível: o totalitarismo, buscando sobrepor o Estado à sociedade, redonda numa criação antinatural — e não podendo firmar-se pela própria lógica social, procura consolidar-se apelando à emoção coletiva, à fácil emoção coletiva...

Daí o recurso ao *grandioso*, proposto à sensibilidade da "maioria", quase sempre sob forma física, palpável, material (no plano político, o adulto ignorante — o bronco, o chucro, o rude — é dirigido pelo realismo primário das crianças: só acredita no que vê...).

Assim se explica, nos regimes de propaganda ou de opinião inconsciente, o rigor do rito cênico nas festas "populares", nas "concentrações" ao ar livre,

nas comemorações amiudadas, técnicas, todas essas, de multidão e para multidão: grandes festas "do povo", nos grandes "estádios", nas grandes "praças de esportes" (Alemanha nazista e Itália fascista) ou nos grandes "parques de cultura" (Rússia comunista). O recurso é festa explica, de certo modo, a observação de Ortega y Gasset: "Os ditadores são como os ciclistas: precisam de movimento, para que se equilibrem".

Difiram como diferirem, esses processos de conquista das multidões dão a ver a política da mística, com que o Estado totalitário procura bastar-se pela irradiação e o fascínio do próprio simbolismo.

Revive o clã totêmico... Objeto do culto: o Estado na pessoa do chefe, que com ele se confunde na sua infabilidade e na sua onipotência. Daí, em tudo, a sua presença, a sua imagem, a sua estampa, a sua estátua, o seu *retrato*, para que se associe a pessoa jurídica do Estado à pessoa física do chefe.

Eis a mística de uma política: a que se exerce nos regimes de propaganda. Sim: de propaganda; não do Estado, ou da nação, em seus valores imanescentes (morais, econômicos, físicos, culturais, artísticos), mas do governo em seus atos, propósitos, projetos, promessas.

É óbvio que um tal sistema supõe a persistência, a tenacidade hábil no expediente da sugestão — da sugestão impressa, irradiada, televisionada, filmada, encenada — ora no teatro "popular" ou de "massa", ora na própria escola; principalmente na escola primária, onde o nacional-socialismo há de começar — bradava Hitler.

Observe-se: essa insistência psicológica na sugestão, ou motivação política, conduz à tautologia, que é, em verdade, o que se pretende como tática, como técnica, como truque.



De fato: os governos calcados na mística totalitária, ou neototalitária, precisam ser tautológicos. Põem nisso uma lógica — a sua lógica profana ou pagã; é indispensável que a maioria (a *massa*) se automatize, para que aprenda como os bichos do circo: *pela repetição*. E sabe-se que ela acaba “aprendendo” — aprendendo sem apreender, como quem olha, mas não vê, ou vê, mas não distingue.

Esgotam-se, assim, as reservas de senso crítico, estiola-se a capacidade de julgamento, perde o povo a saúde pública, traumatizado pelos choques da própria mística e as operações ou engenhos da propaganda; choques e operações que o deprimem, que o desfibram, que o deformam, amolentando-lhe o raciocínio, escurecendo-lhe a visão, quebrantando-lhe o interesse. E ei-lo apático, astênico, abúlico.

É sabido — os fatos o demonstram — que esse processo de compreensão intelectual, de maceração das vontades, de narcotização das inteligências, de obstrução da reatividade popular tende, por assim dizer, a formas inferiores de magia política (\*), a que não falta um complemento de comicidade planejada, formas, já se vê, de exploração, de institucionalização ou mesmo de estatização da ignorância; formas com que se procura criar um estado emocional ininterrupto, porém, vago. Quanto mais vago, mais propícia a liderança demagógica, que é a garantia da subversão calculada.

Aí está: existe uma falsidade específica e imperativa nos governos de propaganda, que vêm a ser, por isso mesmo, entidades fraudulentas. É impossível dis-

sociá-los da noção de malícia ou má fé — da idéia de dolo, de embuste, de engodo.

Para rematar: especulando a emotividade, a ignorância e o medo, a técnica da propaganda é, essencialmente, uma criação amoral. Em consequência, a demagogia, escudada nessa técnica, traduz, antes de mais, uma improbidade.

A comunicação demagógica vem a ser, portanto, a comunicação anti-social ou socialmente lesiva — perversa. Não forma porque deforma. E deforma informando. A rigor não esclarece: inverte, subverte, perverte. E parasita sobre a emotividade das massas. É a comunicação fraudulenta, insista-se.

Mas onde essa feição de perversidade, malícia ou nocividade mais se acentua em nossos dias — inclusive no Brasil — é no plano da comunicação falada e escrita, notadamente na televisão, que se vai tornando uma espécie de droga consentida, de instrumento não apenas de perversão do gosto e do idioma, mas ainda, e principalmente, da moral mais elementar, daquilo a que se poderá chamar a norma ética de base ou a decência imperativa.

A colocação do problema nesses termos não indica uma posição de moralismo acacianamente formal. Se entendo que ao Estado não caiba o papel de pregador; se me parece que não lhe vai bem — e seria inócuo — receitar bons modos, também tenho por certo que lhe incumbe, em linha profilática ou em linha terapêutica, enfrentar o procedimento perverso, combatendo-o no interesse da segurança social e portanto pública. Os instrumentos de mecanização das idéias, que vêm a ser, afinal, os de comunicação de massa, não são intrinsecamente maus ou danosos em si mesmos. Tudo estará sempre a depender da sanidade ou ma-

(\*) A denominação pitoresca de *estados feiticeiros*, que já me ocorreu, parece abonada por fatos expressivos.



lignidade dos objetivos de quem os utiliza. O problema não está no aparelho, na máquina, no instrumento, mas no instrumentista, na criatura, no indivíduo. É claro que o indivíduo — ou seja, o executante da inconveniência — existe e opera em função de um grupo, ou de uma empresa, ou de um truste, ou entidade análoga.

Será uma iniquidade impugnar o instrumento; o que importa é fazer dele um fator de utilidade social, um veículo de motivação profícua de comunidade, tanto no plano da informação política, como no plano da recreação e da cultura. O que interessa é o tipo de notícia e sua montagem verbal; é o tipo de humorismo, o tipo de teatro, de cinema e, sem dúvida, o tipo de anúncio, porque está nele, com triste frequência, um germe da perversão, tanto mais contagioso quanto é certo que nos vem sob a forma de propaganda indireta ou subliminar...

Num livro recente — *Comunicação de massa e democracia* — editado na Itália, reuniram-se vários depoimentos de um genuíno "brain-trust", e um dos pontos capitais foi, mais uma vez, o reconhecimento de que, na publicidade pela televisão, é sempre muito mais aguda a conveniência de preservar interesses superiores da ética social e da própria política, que Cesare Graziani denomina a política da "democracia italiana restaurada".

Essa posição dos especialistas italianos ajuda a compreender que a lei no seu país haja atribuído ao poder público boa parte da administração do vídeo. Num outro clima democrático — o da França "toujours liberal et par fois libertaire", como dizia o General De Gaulle — na própria França, Senhores, o instrumento por excelência comunicador é também estatal, sem jamais tornar-

se máquina de propaganda *dirigida*, unilateral ou imposta.

Volto a sustentar: o que se terá de combater, cercear ou racionalizar não é a comunicação de massa como tal, não é o instrumento, o veículo, a T.V., o teatro, a revista etc. e sim o que se está fazendo por via desse instrumental. Todo ele é um processo, materialização de um propósito. O problema não é a máquina, não é a *coisa*; porque não é problema de forma, porém de conteúdo.

O mesmo pensamento me orienta em relação à história em quadrinhos. Não é o quadrinho, em sua materialidade, o que me preocupa, mas a história que vem dentro, em termos, inclusive, de dignidade literária, de asseio verbal, para não mencionar o decisivo: a conveniência ética.

Quanto à conveniência política, será preciso ressaltar que o jogo das idéias é normal em qualquer país que se preze do título de civilizado. E ainda agora estamos a ver que aí vão falando e escrevendo adversários tradicionais, não apenas da situação ou do Partido dominante, mas da nossa própria estrutura social — aqueles mesmos que, banidos ou voluntariamente exilados, aqui estão de novo, bafejados pela anistia.

Desses compatriotas, líderes hostis, não se poderá dizer que o rendimento político do retorno haja sido para eles compensador, e muito menos que tenham abalado as vigas mestras do sistema.

Considero bem mais séria para a segurança da sociedade a presença do corruptor impune e do subversivo financiado, cujos programas aí estão entrando pelos lares a dentro, difundindo na perversidade ostensiva dos seus enredos, dos seus filmes, das suas tramas, toda sorte de contravenções, de delitos, de



crimes, a começar pelo de seqüestro intencionalmente político. E com uma agravante: a infância e a juventude já se vão matriculando nesses cursos sinistros, felizes e encantados com a sua aprendizagem sem escola... É o que se poderá verificar num alto número de exemplos, quero crer que por lapso ou comodismo imprudente da própria família, também ela já provavelmente intoxicada.

Os próprios enredos em torno do consumo de drogas e, o que é pior, em torno dos truques mais ladinos para garantia do disfarce desse consumo, eis outro espetáculo de perfídia e perversão; espetáculo que associado à difusão de outras táticas criminosas, como as de assaltos, seqüestros, violência carnal etc., põem em jogo e risco o que tem de mais nacional a nossa segurança. Essa mesma segurança tem sido invocada, algumas vezes, por uma espécie de falso alarme, como, por exemplo, naquele dia em que um oficial superior da nossa Marinha, resumindo um juízo pessoal, invectivou de público certo ministro.

Há outras reflexões a fazer.

Nunca será demais acentuar que o aproveitamento hábil do instrumento comunicador poderá produzir o mais desejado e o mais imperioso em certas circunstâncias: o isolamento político-ideológico do adversário; conseqüentemente, a imunização dos *nossos*, senão mesmo a captura intelectual dos *do lado de lá*, o que vem a ser o caminho, no Brasil e no mundo, para a captura política afinal. Mas essa conquista do adversário — ou porque nos acabe ele assimilando, ou porque o tenhamos isolado — essa conquista, Senhores, apenas será possível em regime de convivência democrática. Nenhum outro sistema de vida exigirá tanta competência para competir — por-

que é, antes de tudo, o regime de afirmação individual da sensibilidade, da inteligência e da coragem, um permanente apelo à controvérsia e ao confronto; por isso mesmo, o regime da *comunicação* múltipla, da pluralidade dos contatos, do diálogo por princípio.

Nesse campo, não será inquietante o encontro com o adversário. Ao contrário: será benéfico, estimulante. Problema de segurança, e de segurança da comunidade, de estabilidade social, de tranqüilidade coletiva há de ser, por exemplo, a soma dos efeitos extremamente negativos, produzidos pelo comércio e a indústria da pornografia ou do erotismo, baixo além do mais.

Mas não é só: pratica-se também a comercialização do infortúnio, a industrialização da desgraça, a encenação da desdita. Quando aparecerá uma família feliz na tela retangular? Quando teremos uma novela capaz de levar-nos a bendizer a vida, a crer na vida e no bem de conviver? Basta de parasitar sobre a emotividade fácil da nossa gente boa, benévola, brasileira. Precisamente porque é feito para todos, ou pretende ser de massa, que seja esse teatro de recreação no sentido pleno de criar de novo, de redescobrir a fonte das alegrias interrompidas e não de incitar ao cultivo do sofrimento, como vingança invertida, ou inversão de viver.

Basta de sugar corações. Basta de negociar com lágrimas.

E o oposto? E a provocação do riso pela socialização da vulgaridade, esse terrível expediente de imbecilização do público? Comunicação de massa não é mediocrização programada. O povo quer ascender. Quer escola. Enganam-se os demagogos de elite, devotos profanos do êxito fácil — aqueles para quem a vida

gravita em torno de dois verbos: surgir e lucrar.

Senhores:

Como um modesto subsídio, confio à vossa honrosa reflexão algumas proposições finais:

1. O abandono da linha da conveniência comunitária no campo da comunicação oral e escrita — notadamente quanto à norma ética elementar — vai gerando a insegurança de sociedade, a começar por um estado de perplexidade de pais em relação a filhos e de camadas significativas da opinião pública, em face de atos socialmente lesivos.

2. As ações isoladas de represália — politicamente suspeitas e criminosas todas — não de ser concebidas, por isso mesmo que agravam as tensões, por outro lado, não fazem senão confirmar a existência de um estado de insatisfação e, portanto, de intranquilidade pública.

3. Esta é uma visão periférica. A visão profunda é outra: no bojo da questão está o conflito entre a liberdade de comércio e a conveniência da sociedade, em termos precisos de preservação de seus padrões ético-jurídicos ou das suas normas essenciais de vida.

4. A racionalização dessa liberdade de comércio — de vender tranqüilamente o produto impuro, em especial na televisão e em certas publicações — parece-me o ponto nevrálgico, precisamente porque essa tranqüilidade é que vem a ser, em último exame, a gênese da insegurança em que a sociedade está a viver a sua hora e a prever o seu futuro.

Senhor Comandante, Senhoras, Senhores: concluo. A liberdade de comércio e indústria não se sobrepõe ao interesse social e à ordem pública. Muito menos ao resguardo da Constituição da República.